

Roriz fez nove retificações à Receita um dia antes de depor

JOSÉ PAULO TUPYNAMBÁ

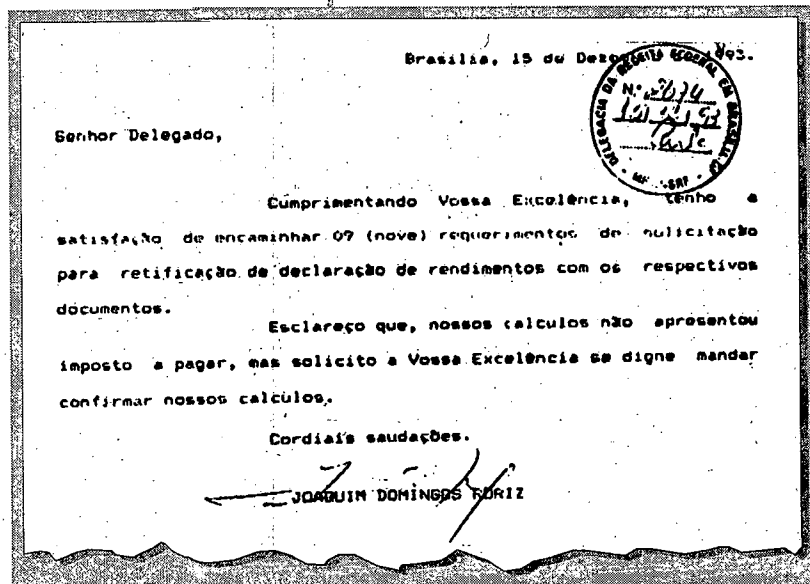
BRASÍLIA —

O governador do Distrito Federal, Joaquim Roriz, enviou à Receita Federal nove retificações sobre suas declarações de renda prestadas entre 1988 e 1993. As retificações foram encaminhadas oito dias após a divulgação do relatório que aponta 38 irregularidades em suas declarações. Com erros de ortografia, pontuação e concordância, a documentação chegou à CPI na sexta-feira, véspera do depoimento do governador.



“Esclareço que, nossos cálculos não apresentou imposto a pagar, mas solicito a Vossa Excelência se digne mandar confirmar nossos cálculos”, afirma Roriz na primeira página das nove retificações. A correspondência é encaminhada ao delegado da Receita Federal em Brasília, Rosalvo Vital Gonzaga Santos.

Roriz inclui em sua declaração de 1990 a compra de 108 alqueires de terra da fazenda Engenho, de Geraldo Alves Barbosa. O governador justifica o que chama de equívoco por ser a fazenda composta de várias glebas de terra. Alves Barbosa é dono da Luzicarne, empresa que comprou 500 cabeças de gado de Roriz. Esta compra é motivo de nova retificação, desta vez na declaração de 1991. Deputados da



O fac-simile do pedido de Roriz à Receita para que retifique suas declarações de renda

subcomissão de patrimônio da CPI dizem que Alves Barbosa é testa-de-ferro do governador na compra da fazenda Queimados, com 2.677 alqueires de terra em Alvorada do Norte (GO).

O governador não se esqueceu de pôr suas iniciais na placa de seu carro, mas se esqueceu de declará-lo. Roriz pede à Receita que o Opala Comodoro modelo 1990 placa JDR 0001 seja incluído em sua declaração de 1991. Pede ainda que seja incluído um Pampa modelo 1988 em sua declaração de 1989.

Para justificar por que o dinheiro da venda de um lote de

sua empresa de materiais de construção foi parar em sua conta particular, o governador retificou que recebeu da empresa um empréstimo de Cr\$ 304.628,00 em 29 de maio de 1989.

● **INVESTIGAÇÃO** — O governador Joaquim Roriz e os sete deputados distritais envolvidos no caso deverão ser investigados pela Polícia Federal. As dificuldades para a instalação de uma CPI na Assembléia Legislativa, na qual Roriz tem maioria, motivaram o pedido de abertura de inquérito na PF, protocolado ontem pelo PT.